

**DAQUI HOUE GENTE DE PORTUGAL:** espaço de encontro com gente grada, mais ou menos conhecida, que na nossa cidade nasceu ou viveu ou tão-só por aqui cruzou no universalismo juncional que é a cultura contra a morte...

**ANTÓNIO DE ALBUQUERQUE: do realismo-naturalismo queirosiano e do neo-romantismo vitalista e emancipalista à força da tradição monárquica**

À Escola Secundária de Emídio Navarro,  
na juventude dos seus 100 anos

**MARTIM DE GOUVEIA E SOUSA\***

\* Equip. a Assistente do 1º Triénio da ESEV



**O.** António de Albuquerque nasce em Viseu, no ano de 1866, vindo a falecer em Sintra, em 1923. A vida e obra do escritor viseense cruzam-se a ponto de quase permanecerem indistintas as fronteiras, normalmente vincadas em obras de maior semiotização, entre narrador, autor-textual e autor-empírico. Devedor da matriz queirosiana (*Escândalo!* e *o Solar das Fontainhas*), de que ocasionalmente se afasta, e abandonado o estro lírico em que se iniciara de forma inócua, o corpus literário de D. António de Albuquerque é gerado na ambiguidade da assimilação de influxos naturalistas e decadentistas (pense-se na acédia, na algolania, na morbidez, no rutilismo ou na loucura genética em livros como *O Marquês da Bacalhoa*), bem como no progressismo social do neo-romantismo vitalista que dominou os dois primeiros lustros do nosso século. Mas António de Albuquerque não deixará de ser nunca o escândalo de *O Marquês da Bacalhoa* e o ruído das gentes escandalizadas...

1. O escândalo rebenta. Tudo se estampa na capa do romance *O Marquês da Bacalhoa*, finalizado em 6 de Setembro de 1907 e publicado no início de 1908: sob a epígrafe baudelairiana da crença nas capacidades individuais, estampa-se a "vera efígie" daquele que há-de morrer no Terreiro do Paço, local onde, assim o afirma Henrique Barrilaro Ruas desde há muito, nascerá um dia o *HOMEM NOVO*.

Ainda assim, a novidade escandalosa não era, à época, mais do que um pressentimento. Os fumos que por todo o lado habitavam faziam-no adivinhar: quando, em Junho de 1903, foi assassinada a família real sérvia, os jornais portugueses, nomeadamente os lisboetas, rejubilaram de estranho êxtase, como se efectuada a transmigração, tendo ficado arqui-famoso aquele <<Foi uma limpeza!>> de José Alpoim. E, depois, para que a tragédia se cumprisse, houve, para lá da citada publicação, o autoritarismo franquista que evoluiu para ditadura, os adiantamentos à Casa Real, o faccionismo ideológico e aquela fatídica entrevista de Sua Majestade, o Senhor D. Carlos, a Galtier, do jornal parisiense *Le Temps*.

Em Janeiro de 1908, não obstante os 800 réis que faziam de *O Marquês da Bacalhoa* um livro caro, haviam-se vendido por volta de 6000 exemplares (MATTOSO: 293). A este respeito, Raul Brandão critica a inabilidade do poder vigente face à necessidade de impedir a proliferação do livro, defendendo, como pareceria evidente, que a proibição do romance só lhe dourava a fama, como aconteceu bem mais recentemente, aliás, com o acto censório de Sousa Lara relativamente ao romance de José Saramago *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Mas, ouçamos as palavras brandonianas, citando, como consta, as palavras de um livreiro: <<- Fizeram mal em proibir o *Marquês da Bacalhoa*. Já há quem tenha dado por um exemplar três mil réis, e o preço corrente é agora de dez a quinze tostões... Se o queriam inutilizar apreendessem-no, tanto mais que toda a gente sabia onde era impresso.>> (BRANDÃO: 113). Rocha Martins diz que o "editor do livro injurioso" foi o republicano e maçom Gomes de Carvalho e adianta que a <<obra andava em alta de preço, às escondidas, apenas pela guloseima da protérvia.>> (MARTINS: 572) Na propalada e requestada obra contam-se "as tropelias de um ministro <<Nunes>> durante o reinado do <<marquês da Bacalhoa>>, não sendo muito difícil descortinar a que personagens reais correspondiam os nomes postos no livro pelo autor, António de Albuquerque." (MATTOSO: 293). Tal exercício da referencialidade efectuou-o Vasco Pulido Valente no início de 1998, ao referir que as personagens são "o marquês (D. Carlos, na realidade, proprietário da Quinta da Bacalhoa), a marquesa (D. Amélia); o conselheiro João Nunes dos Santos (João Franco); D. Álvaro de Luna (Mouzinho de Albuquerque); Maria de Silves (a condessa de Sabugosa); e a condessa da Freixosa (a condessa de Figueiró, a famigerada Pepa Sandoval, amiga da rainha)." (VALENTE: 22-23)

A par disso, desse êxito irrefragável do referencial político, concorria a atracção do tabú e da transgressão no âmbito da esfera privada e dos costumes. Efectivamente, como muito bem sustenta Cecília Barreira, em tal romance clandestino e de grande voga, que <<em Lisboa se vendia à sorrelfa>> e <<onde se abocanhava a dignidade da rainha>> (RÊGO: 262), alude-se << aos amores sáficos da rainha D. Amélia, por quem Mouzinho de Albuquerque nutriu uma paixão, e cujos amores contrariados, se teriam traduzido pelo suicídio.>> (BARREIRA: 189). Raul Brandão, nas suas Memórias , em apreciações datadas de Janeiro de 1908, deixa-nos um relato muito vivo do acontecimento, que nos permite avaliar devidamente o impacte da obra, bem como pormenores sobre o perfil do seu Autor: << Grande escândalo com o livro do Albuquerque - O Marquês da Bacalhoa . Este Albuquerque, conhecido pelo Lêndea, é o último descendente, pelo pai, do grande Afonso de Albuquerque, e, pela mãe, do grave, do douto João de Barros. Ainda aqui há anos, quando o rei visitou uma terra de província e se hospedou na casa dele, saíram das lojas caixotes de loiça da Índia, que nunca tinham sido abertos. Ele tem tido uma vida de aventuras; bateu-se em duelo em Madrid, caçou no Cabo com lordes, tocou guitarra em Trouville e teve uma loja de instalações eléctricas na Itália. Agora é jornalista, escritor, poeta, e publica este livro de escândalos, em que a rainha, senhora na nais alta acepção da palavra, é posta de rasto... Mas faça-se-lhe justiça: tudo aquilo - e pior - anda por aí de boca em boca há muito tempo. E não vem debaixo - vem de cima...>> (BRANDÃO: 110-111).

Este romance, um roman à clef ou um livre à clef , é, de facto, um bom exemplo para a definição postulada por Gray para este subgénero, ou seja, a novel in which some of the characters are thinly disguised portraits of real, famous people. (GRAY: 250). Tal referencialidade acontece, por exemplo, com D. H. Lawrence e Sir Oswald Mosley em Point Counter Point (1928) de Aldous Huxley. Carvalho Homem prefere apodar a obra de Albuquerque de romance-panfleto e sobre o Autor, António de Albuquerque de Meneses e Lencastre, adianta tratar-se de <<um plumitivo de baixo nível cultural e moral>> (HOMEM: 399). Similar posição tomam Júlio de Sousa e Costa (COSTA: 81-85) e Rocha Martins (MARTINS: 571-572). Longe desta verrinosa tirada, Maria Filomena Mónica, em discurso mais objectivo e sereno, defende que O Marquês da Bacalhoa <<constitui um excelente resumo da mitologia que rodeava os costumes do Paço.>> (MÓNICA: 21)

O escândalo, a falácia e o implosivo marcarão para sempre a imagem de António de Albuquerque. Como diria Raul Brandão, algumas das páginas do Marquês não são de António de Albuquerque e alguém, no espaço largo que este alguém consente, terá escrito pela sua pena...

2. Mas, afinal, quem foi e o que fez António de Albuquerque, para que valha a pena conhecê-lo?

D. António de Albuquerque do Alardo de Amaral Cardoso e Barba de Meneses e Lencastre (SANTOS: 107) ou D. António de Albuquerque do Amaral Cardoso de Vilhegas e Guzman Barba Alardo de Lencastre e Barros de Menezes Pina e Lemos (VALE: 247), fidalguíssimo (MARTINS: 571), nasceu em Viseu, na casa do Arco, em 11 de Março de 1866. Era filho de D. António de Albuquerque do Amaral Cardoso e de D. Emília Augusta Barba de Lencastre (SANTOS: 107) ou D. Emília Augusta Barba Alardo de Lencastre (Amparo) (VALE: 247 e *Árvore* nº 4), tendo casado pela primeira vez com a senhora D. Luíza Mousinho de Albuquerque (SANTOS: 107) ou D. Maria Luíza de Pinho (VALE: *Árvore* nº 4), de quem teve dois filhos, Rodrigo e Maria de Lurdes, ambos com geração.

Os primeiros tempos da sua vida passou-os Miquéque, assim seria conhecido em Viseu, sem que nada de invulgar se passasse. A juventude esgotou-se-lhe viajando e absorveu nessa fase uma educação e uma instrução tipicamente parisienses, tendo vivido diversos anos em Paris. A influência da literatura francesa e do republicanismo facilmente o penetraram. Em Portugal, a sua maneira mundana e convival, nomeadamente no contacto com as mulheres, era censurada e incompreendida. Sedento de brilho, que o seu valor parecia merecer, deixou-se instigar pela moda republicana e pelo estrépito do papel principal. Por trás manobriavam, sem que António de Albuquerque muito bem entendesse, aqueles que o queriam assim, eco de ideias não amadurecidas. Parecia gostar de ser adulado e o seu reconhecido talento era explorado para vias que ele mal conhecia. Era conhecido também como o Lêndea, parece que pela cor da tez, pelo cabelo de pendor citrónico e pelo apego às damas.

Sobre o seu carácter de homem, Rocha Martins adianta um conjunto de designativos ("degenerado em que concorriam singulares predicados e taras", "mostrava-se valente, mas quási sempre cobarde", "tinha certos rasgos, ao escrever, mas não ia além de meia dúzia de páginas toleráveis") (MARTINS: 571) que Cezar dos Santos, o "biógrafo" de António de Albuquerque, confuta veementemente. Andou mal o incansável polígrafo Martins ao enveredar por um retrato pouco edificante do escritor. De facto, Rocha Martins, depois de se referir com ironia à anterior vida elegante de D. António, deixa-nos a seguinte prosa: <<Magro, alcachinado, os cabelos loiros desbotados, os olhos dum azul esmaecido, caminhando a custo porque o reumático o apoquentava, caíra, pouco a pouco, na boémia, de que o salvavam alguns parentes quando o viam a afogar-se nas torpezas, porque era um louco moral sem raciocínio, impelido pelo destrambelhamento às acções mais hediondas como às mais nobres, embora estas rareassem.>> (MARTINS: 571) Na esteira de Rocha Martins segue um tanto Júlio de Sousa e Costa (COSTA: *ibid.*). Sem se pretender negar a fiabilidade dos retratos, parece-nos que tais prosas apoucam o retratado e os

retratantes. Mas, "quem semeia ventos colhe tempestades", e o próprio António de Albuquerque não se coibiu de nos apresentar, no seu Sidónio na lenda - um estudo crítico e histórico escrito em moldes naturalistas por volta de 1920 e vindo a lume em 1922 -, um Sidónio Pais degenerado e sofredor de desequilíbrio atávico.

Segundo testemunhos de vários autores, era principalmente no Café do Gelo, no Rossio da capital, que o escritor viseense tinha a sua banca contestatária e de tertúlia. Aliás, esse café manteve-se local de reunião de intelectuais e artistas. Frequentaram-no, décadas depois, um António Gancho, um Mário Cesariny, um Gonçalo Duarte ou um João Vieira. António de Albuquerque era assíduo também no Café Montanha - café onde José Régio e Gaspar Simões virão a conhecer Fernando Pessoa na pele do "sr. engenheiro Álvaro de Campos" -, no Restaurante Valmor, no Leão d'Ouro, no Martinho antigo... Em Lisboa, teve casa em Campolide, na rua Leandro Braga; teve ainda o sintrense chalet Guiomar.

A obra de António de Albuquerque não é abundante. Tal contenção não significa que deva ser abandonada a criação e lembrado o escândalo de que o Autor se viria a penitenciar doridamente. Assim, dentro do modo lírico, publicou Arco-Íris e o poemeto Maria Teles ; na ficção, sempre em romance, Escândalo! (1904), O Marquês da Bacalhoa (1908), A Execução do Rei Carlos (1909) e O Solar das Fontainhas (1910); prefaciou o livro de Gomes de Carvalho Morte Civil (1914); e, por último, legou-nos o volume de investigação histórica Sidónio na Lenda (1922).

Sem que desejemos enfatizar o interesse das suas publicações, achamos que António de Albuquerque, até por ser um escritor nascido em Viseu e um daqueles que, no seu tempo, polemizou como poucos, merece uma visita atenta e interessada.

Se a obra lírica nada traz de particular, fundando-se numa incarácterística toada debutante, a tradução de *Les Civilisés* (1906) de Claude Farrère (1876-1957, pseudónimo de Frédéric Charles Pierre Édouard Bargone) trouxe-lhe uma aprendizagem para a fase romanesca que se iniciará em 1904, com *Escândalo!*

Esse romance, com o subtítulo *Cenas da Vida de Província*, ancora-se na tradição balzaquiana e queirosiana oitocentista (e pense-se como isso é visível até na atinência subtítular em *Eça*, que tinha em mente a construção de um vasto plano designado *Cenas Portuguesas* ou *Cenas da Vida Portuguesa*, de que fariam parte *O Crime do Padre Amaro* (*Cenas da Vida Devota*) ou *Os Maias* (*Episódios da Vida Romântica*); pelo século XIX, eram comuns títulos como *Escenas Andaluzas* (1847) de Serafín Calderón, *Scènes de la Vie de Bohème* (1848) de Henri Murger, *Scenes of Clerical Life* (1858) de George Eliot ou

Aus dem Leben eines Tauge-nichts (1826) de Josef von Eichendorff), rompendo com a tradição, nomeadamente com a derrogação do obscurantismo de matiz religioso e com a valorização do individualismo anticonvencionalista, não obstante a centração em Leiria e o entretencimento de casamentos e infidelidades que avocam Eça e a norma. Júlio de Sousa e Costa integra este romance no propósito demolidor de António de Albuquerque, que não se inibe, segundo o autor citado, de atacar uma sua parente muito chegada, o que era "profundamente lamentável!" (COSTA: 84).

Segue-se-lhe o muito polémico O Marquês da Bacalhoa (1908), título insinuado, ao que parece, por Gualdino Gomes, e que substituiu o inicialmente previsto Enseada Azul . Abandonando a discussão a respeito da viabilidade desta tipologia de romance, resulta evidente estarmos perante um roman à clef , com ligações placentárias ao referencial, e, simulta-neamente, diante de um roman à thèse , ou seja, "a didactic novel in which the resources of fiction are used to discuss and confirm a particular thesis or idea, concerned, for example, with politics , society, morality or philosophy." (GRAY: 250). Saído sob chancela da Imprimerie Liberté de Bruxelas, que a tal obrigava o gravoso da matéria, defende Rocha Martins que o "editor do livro injurioso" foi Gomes de Carvalho (MARTINS: 572), deixando nós tal possibilidade no plano do hipotético , como o faz o Dicionário Cronológico de Autores Portugueses coordenado por Eugénio Lisboa. Raul Brandão, em Vale de Josafat (Memórias III) , afirma que o imprimiram "num quarto andar da Rua do Arco do Bandeira, numa destas pequenas oficinas a que os tipógrafos chamam catraia ." (BRANDÃO: 153)



Panfletário e herdeiro do intervencionismo neo-romântico de proveniência naturalista, enformado no mecanicismo e no jacobinismo, O Marquês da Bacalhoa não oferece relevo técnico-compositivo ou

estilístico, dele ressaltando um iniludível teor doutrinário e uma coragem indisfarçável. Afinal, o valor desta obra assenta no seu carácter heteróclito e polemizante, onde abundam as alusões referenciais à família real e as asserções de uma tese político-social revolucionária, bem como na evidente feição paradocumental que o torna incontornável no estudo da época.

Na mesma linha referencial, sai em 1909 *A Execução do Rei Carlos*, obra que prima por uma força contestatária multímoda e arrevesada, contra as monarquias, o catolicismo, a família, o jornalismo luso, a política portuguesa e, como se colhe no prefácio e na epígrafe bakuniniana, contra o patriotismo, bem como pela difusão de exotismo de sabor romântico e de um erotismo romanesco de invulgar recorrência. A par disso, exalça-se com perenidade mitificante os regicidas, nomeadamente Buiça, e o propagandismo social típico da corrente vitalista do neo-ro-mantismo.

No ano seguinte, em 1910, com dedicatória a Teófilo Braga e com datação final "Paris, 15 de junho de 1910", publica António de Albuquerque o romance *O Solar das Fontainhas*, com o subtítulo *Cenas do Porto*, o que nos permite intuir um regresso a um criticismo social semelhante ao de *Escândalo!*, com a gravitação de todos os alvos assinalados e com a presença de artistas militantes imbuídos de acrasia e de sede de justiça. Interessante se torna sublinhar que Gusmão, o alter-ego do escritor, declara ser autor de romances injustiçados... Neste romance, em página que antecede o texto, anunciam-se para breve os romances nunca publicados *O Paço da Desventura*, *O Alcáçar Maravilhoso*, *Floresta* e *A Cidade Tropical*, e o livro de contos *Parábolas*, o que nos permite pensar na existência de obra manuscrita à espera da luz dos prelos. Em carta de Gualdino Gomes a António de Albuquerque datada de 21 de Abril de 1908, ínsita na obra de Cezar dos Santos, alude-se a uma peça anarquista do segundo com pretensão de ser representada em Paris. (SANTOS: 42). Como se disse, António de Albuquerque prefaciou *Morte Civil* (1914) de Gomes de Carvalho, o que, por natural defluência, desvela uma adesão inconfutável ou uma atinência ideológico-sentimental.

No ano de 1922, sai a lume Sidónio na Lenda. Estudo crítico., "um interessante estudo sobre a trajectória de Sidónio" (MEDINA: b) 72), que inclui também um texto de Bourbon e Meneses sobre José Júlio da Costa e uma conversa com o mesmo dirigida por Manuel Ribeiro. Nesta obra de pendor histórico, e a colhermos como verdadeiras as inscrições no rol das "Obras do Autor", sabemos que até a *O Marquês da Bacalhoa* todos os livros de António de Albuquerque se encontravam esgotados, destacando-se os quatro mil exemplares vendidos de *Escândalo* e de *A Execução do Rei Carlos*, bem como os catorze mil livros vendidos de *O Marquês da Bacalhôa*, a par da edição francesa *Le Marquis da Bacalhôa* e da edição espanhola *El Marquez de Bacalhôa*. Dos anteriores projectos nada se sabe,

anunciando-se, para breve, as obras *A Herança dos Bacalhãos* (romance) e *Do Arsenal ao Limoeiro* (memórias).

Era o tempo do fim. Pelas quatro horas da manhã do dia 2 de Julho de 1923, na sua casa de Sintra, António de Albuquerque, "penitenciado e ungado", depois de uma vida cheia, entregou-se a Deus num abraço ostensivo.



3. Fundindo em si influências heteróclitas, António de Albuquerque e a sua obra, talvez ainda incompleta, transportam tipologias naturalistas, decadentistas e neo-românticas. E se a técnica artística nem sempre é a mais iluminada, adentro de um consabido modo francês, o carácter paradocumental dos seus livros torna urgente a visibilidade deste escritor nascido em Viseu e cidadão do mundo pela incorporação cosmopolita.

Tendo privado com Gomes Leal, Metzner, Fialho de Almeida, Eugénio de Castro, Rocha Martins, Abel Botelho, D. João da Câmara, Marquês de Soveral, Anatole France, Paul Brulat, Rodrigo Soriano, Carmen de Burgos, Blasco Ibanez e muitos outros, o escritor viseense foi vítima da sua alma vibrante de poeta e do seu génio poético. Arrebatado republicano, implantado o regime que defendera e que, de certa forma, propiciara, vê-se perseguido e marginalizado pelos seus pares que passa a abominar. Pleno de

remorsos pelo mal que o seu ser vibrátil semeara, recusa as doutrinações em que se enformara e deseja ardentemente encontrar-se consigo e com os outros, num abraço retemperador.

António de Albuquerque, nobre revolucionário arrependido, cosmopolita e viajado (viveu em África, em várias cidades da Europa e no Brasil), com romances vertidos em castelhano e em francês, convalida na sua obra perfunctória uma tradição sémico-formal que se esvazia e replasma no referencial e no dissídio vivencial que, em fase culminar, se torna excruciante e apelativo. De facto, qual Penélope desenganada que sabe que Ulisses não aportará a Ítaca, num alor lírico e espiritual desrealizante, o escritor viseense, nesse tempo de verdade, já quase morte, em atitude fungível e requintada, catoliciza-se, lamenta as aduções regicidas ( "-Oh! El-rei! Nunca lhe entendi a grandiosidade da sua alma e nunca lha entendi porque El-rei era mais artista do que eu. Hoje!", terá dito (SANTOS: 74)) e procura o perdão de S.M., a Senhora D. Amélia, através de carta escrita no dia 14 de Maio de 1923 e nesse mesmo dia reconhecida no notário lisboeta A.G. Videira, vindo-o a obter. Tal missiva, reproduzida em fac-simile na obra de Cezar dos Santos, tem ainda a curiosidade de desvelar que, por baixo da assinatura, António de Albuquerque aduz Visconde do Amparo, assumindo assim uma autoadmonição indiciadora de que vivera como uma *fictio personae* .

Em notícia saída nos jornais de Outubro de 1928 sobre a afirmação dos poderes do Senhor D. Duarte Nuno relativamente ao trono de Portugal, sabemos que um familiar de António de Albuquerque, António de Albuquerque do Amaral Cardoso, esteve presente na recepção legitimista e integralista ocorrida nos salões da Duquesa de Cadaval. (MAGALHÃES: 168) Sem discutir a razoabilidade do acto, desabonatório na aparência para a união da Causa Monárquica, até porque S. M. El-Rei Senhor D. Manuel II só viria a falecer, de forma súbita, em 1932, tal praesentia mais afirma o percurso solitário que o escritor empreendeu. Em acto pensado e de conseguido alcance deôntico, António de Albuquerque reconheceu os pretéritos e exautorados actos. Sempre só, depreciado e solitário. E, como se sabe, a solidão tem perdão...

Assim se conclui que esse acto sem escrita, desapenso do artefacto literário, acção do homem e não dos deuses, inscreve no fechamento de uma vida a verdade de que um trajecto literário se altera pela palavra final, dita e não escrita. Palavra que se poderia escrever por uma quadra do malogrado Guilherme de Faria que, quatro anos depois, diria no poema "O Novo Príncipe" ínsito em Manhã de Nevoeiro : "Pois vem cumprir seu Destino / Já do Cantor celebrado, / O Capitão peregrino / - O nosso Rei Desejado."

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALBUQUERQUE, António de (1908)- O Marquez da Bacalhôa , Bruxelles, Imprimerie Liberté. Em 1912, a obra ia na sua 5ª edição (Lisboa, Livraria Brasileira de Monteiro e C.ª).

----- (1922)- Sidónio na Lenda (Estudo Crítico), Lisboa, Lvmen Empresa Internacional Editora, 1922.

BARREIRA, Cecília (1992)- História das Nossas Avós: Retrato da Burguesa em Lisboa (1890-1930) , Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 188-189, 262.

BRANDÃO, Raul (1991)- a) Obras Completas de RB-XII: Memórias I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 110-111, 113.

----- (1991)- b) Obras Completas de RB-XIV: Vale de Josafat- Memórias III, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 153.

COSTA, Júlio de Sousa e (1943)- O Rei Dom Carlos (1863-1908). Factos Inéditos do Seu Tempo. , Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 81-85.

GRAY, Martin (21996)- A Dictionary of Literary Terms , Edinburgh, Longman York Press.

HOMEM, Amadeu Carvalho (1993)- "João Franco ou a tentação ditatorial", MEDINA, João (Dir.), História de Portugal - dos tempos pré-históricos aos nossos dias- IX: A Monarquia Constitucional , Alfragide, Ediclube, p. 399.

LISBOA, Eugénio (coord.) (1990)- Dicionário Cronológico de Autores Portugueses-II, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 502-504.

MAGALHÃES, Luiz de (1934)- A Crise Monarchica. Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades. , Porto, Livraria Lello, Limitada-Editora, p. 168.

MARTINS, Rocha (1930)- D. Carlos - História do Seu Reinado , Lisboa, Edição do Autor (Composto e Impresso nas Oficinas do "ABC"), pp. 571-572.

MATTOSO, José (dir.) (1994)- História de Portugal-VI: A Segunda Fundação (1890-1926) , Lisboa, CL, p. 293.

MEDINA, João (Dir.) (1993)- a) História de Portugal - dos tempos pré-históricos aos nossos dias- IX: A Monarquia Constitucional , Alfragide, Ediclube, p. 399.

----- (1993)- b) História de Portugal - dos tempos pré-históricos aos nossos dias- XI: A República- II (O nó górdio e as espadas) , Alfragide, Ediclube, p. 72.

MÓNICA, Maria Filomena (1987)- A Queda da Monarquia - Portugal na viragem do século , Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 21.

RAMOS, Rui (1994)- MATTOSO, José (Dir.) História de Portugal-VI: A Segunda Fundação (1890-1926) , Lisboa, CL, p. 293.

RÊGO, Raúl (1986)- História da República- Vol. I: A ideia e a propaganda. Lisboa, Círculo de Leitores, p. 262.

SANTOS, Cezar dos (1924)- O Despresado (Memorias do Auctor do "Marquez da Bacalhôa"), Lisboa, Edição do Auctor.

VALE, Alexandre de Lucena e (1934)- O Bispo de Viseu D. Diogo Ortiz de Vilhegas, o Cosmógrafo de D. João II , Gaia, Edição do Autor, pp. 245-249.

VALENTE, Vasco Pulido (1998)- "O Regicídio", O Independente (507), Revista "Indy" (30 de Janeiro), pp. 22-23.